

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA MICRO E PEQUENA
EMPRESA: PRÁTICAS E DESAFIOS**

**ENVIRONMENTAL AND SOCIAL RESPONSIBILITY IN SMALL SIZED
ENTERPRISES: PRACTICES AND CHALLENGES**

Jacques Demajorovic¹
Ana Lucia Freizatti Santiago²

RESUMO

As micro e pequenas empresas representam grande parte dos negócios no Brasil e são vitais para a dinâmica econômica e social. Contudo, os aspectos socioambientais nas MPEs são pouco conhecidos. Este estudo identifica e analisa as principais motivações e desafios das MPEs para a adoção das práticas socioambientais. A pesquisa compõe-se de uma etapa documental em que foram analisados dados dos Relatórios Técnicos do Programa do Sebrae-SP de Gestão Ambiental, envolvendo 70 MPEs, e de uma etapa de campo, em que foram realizadas entrevistas com 42 proprietários das mesmas empresas. Os resultados da pesquisa documental e das entrevistas de campo reforçam o papel do poder público como grande fator de indução das práticas socioambientais e que são priorizadas práticas socioambientais fragmentadas, pontuais, que não exigem grandes investimentos e estão diretamente ligadas ao custo de produção da empresa. O trabalho reforça também a contribuição de organizações profissionais para a disseminação de conhecimento socioambiental junto às empresas de forma a superar os desafios enfrentados.

Palavras-chave: Pequenas empresas. Impactos socioambientais. Práticas socioambientais. Gestão reativa e gestão proativa.

Artigo recebido em 30/06/2011. Aprovado em 01/08/2011.

Artigo anteriormente publicado no XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2010.

¹ Professor de Programa de Mestrado e Doutorado em Administração Centro Universitário da FEI (SP). acquesd@fei.edu.br.

² Mestre em Sistemas Integrados de Gestão pelo Centro Universitário da FEI (SP). Centro Universitário Senac. analucia@equilibriosocioambiental.com.br.

ABSTRACT

Small sized enterprises account for the most part of the companies in Brasil and perform an important social and economic role. However, social and environmental aspects related to these firms are still not fully understood. This research analyses the main motivation factors for the adoption of environmental initiatives by the small sized enterprises and also the challenges faced by these companies in this field. The research study method includes a documental analysis of 70 companies of the environmental program SEBRAE-SP and interviews with 42 owners of these companies. Research results shows that compulsory regulations remains as the main factor that stimulate small sized companies to adopt environmental initiatives in order to avoid fines and environmental litigation. Moreover, companies prioritize fragmented environmental and social initiatives that demand limited financial investment. Another finding of this research is that the environmental information supplied by professional organizations can contribute to overcome some of the challenges faced by small companies.

Keywords: Small sized enterprises. Social environmental impacts. Environmental initiatives. Reactive management and proactive management.

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas têm um reconhecido papel como promotoras do desenvolvimento econômico e social. Do total de empresas presentes em países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre 90 a 99% são categorizadas como pequenas ou micro empresas (MIR; FEITELSON, 2007). No Brasil, os dados do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE) (2006) revelam que 98% das empresas são de pequeno porte. As tendências observadas na economia mundial tais como *outsourcing* e modelos de produção flexível continuam a favorecer o crescimento destas organizações. Kosan, Oksoy e Ozsoy (2006), por exemplo, apontam que grande parte do boom econômico de diversos países asiáticos deve ser creditado à ação das pequenas empresas. Apesar desta importância econômica, um número ainda reduzido de pesquisas tem abordado a relação das pequenas empresas com o meio ambiente. Para Naffziger, Ahmed, e Montagno (2003), uma das explicações para isto é o fato de muitos pesquisadores acreditarem no baixo impacto socioambiental destas organizações. Além disso, Yu e Bell (2007) argumentam que proprietários e gerentes de pequenas empresas partilham esta visão considerando a pegada ecológica dos pequenos empreendimentos insignificantes em termos impactos socioambientais. No entanto, o impacto socioambiental das empresas de pequeno porte não pode ser analisado apenas do ponto de vista de sua ação individual. Como afirma Seiffert (2002) ainda que as micro e pequenas empresas apresentem individualmente um impacto socioambiental reduzido, o mesmo não pode ser dito de sua ação coletiva, uma vez que são mais numerosas do que as organizações de grande porte.

Este quadro mostra a importância de se entender melhor os fatores que afetam os processos de tomada de decisão dos representantes de pequenas empresas em relação à questão socioambiental. Quais são os desafios enfrentados, as principais práticas adotadas e seus fatores facilitadores? Um dado interessante apontado por Schaper (2002) é que a falta de conscientização

não pode ser entendida como a principal razão para a falta de iniciativas de práticas socioambientais. Segundo ele, existe uma consciência de parte de proprietários e gerentes de pequenas empresas sobre seu papel para a mitigação de impactos ambientais e mesmo a vontade de agir efetivamente por meio de práticas. No entanto, esta simpatia pela temática não se traduz em uma efetiva mudança de comportamento que gera ações efetivas no campo socioambiental. Já Mir e Feitelson (2007) defendem que a regulação tem um efeito limitado no sentido de garantir a conformidade ambiental das pequenas empresas em virtude da dificuldade de se fazer o processo de fiscalização efetivo nessas organizações. Para ele, as organizações profissionais que trabalhem na difusão de tecnologias ambientais ou de produtos podem contribuir para melhorar o desempenho ambiental destas organizações, especialmente quando acompanhadas de incentivos econômicos.

Nesse contexto, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as principais práticas implantadas no campo da gestão socioambiental, bem como os desafios e fatores motivadores para a adoção destas práticas pelas MPEs integrantes do Programa Sebrae-SP de Gestão Ambiental. Os procedimentos metodológicos incluíram uma análise documental do Programa e a aplicação de um questionário com as mesmas empresas de forma a aprofundar os resultados identificados na fase de análise documental.

2 PEQUENAS EMPRESAS E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Um estudo desenvolvido no Reino Unido por Hillary (2000) concluiu que as MPEs ignoram os impactos ambientais gerados pelas respectivas atividades produtivas e possuem baixa confiança nas ferramentas de gestão e nos benefícios gerados pelas práticas socioambientais. Contudo, dados estatísticos a respeito dos impactos ambientais gerados pelas MPEs e das práticas adotadas para minimizar esses impactos são escassos. Nesse sentido, Hillary (2000) aponta a

necessidade de ampliar as pesquisas voltadas para os aspectos ambientais nas MPEs, assim como a busca de soluções para minimizar os impactos ambientais gerados. Algumas pesquisas desenvolvidas têm procurado dar respostas para estes questionamentos.

Tilley (1999a), em estudo envolvendo 60 MPEs do Reino Unido, pesquisou o desempenho das empresas na redução do impacto ambiental. O resultado revelou que 46% das empresas realizaram melhorias objetivando a redução do impacto ambiental e 54% tiveram dificuldades para a implantação das melhorias. Na pesquisa, os proprietários das MPEs adotaram práticas como a gestão de resíduos, a eficiência energética, o design e o marketing ambiental e a tecnologia de produção.

As empresas foram categorizadas pelo comportamento e pelas práticas ambientais adotadas. Para essa categorização três tipologias foram utilizadas (ELKINGTON, 1992; FISCHER; SCOTT 1993; DAUNEEY, 1994; ROBERT, 1995 apud TILLEY, 1999b, p.75):

- O comportamento ambiental estratégico proativo: são as empresas que demonstram um direcionamento sistemático de esforços para melhorar o desempenho ambiental, incluem metas contínuas, um gerente ou responsável pelos aspectos ambientais preferencialmente sênior, uma auditoria ambiental ou um plano de ação para melhorias ambientais;
- O comportamento ambiental fragmentado reativo: são as empresas que adotam práticas ambientais simples, pontuais, quando surgem ou adaptadas ao momento, fragmentadas, respondendo a uma responsabilidade ambiental. Frequentemente essas pequenas empresas adotam questões ambientais que representam redução de custos;
- O comportamento ambiental acidental resistente: são as empresas que realizam melhorias ambientais de forma acidental ou intencional, resultante da necessidade, de uma ocasião, de uma mudança ou adaptação na atividade produtiva. Essas circunstâncias, apesar dos resultados ambientais positivos gerados, só podem ser descritas vagamente como comportamento ambiental proativo.

O estudo concluiu que a maioria das pequenas empresas pesquisadas optou pela realização de práticas ambientais pontuais, fragmentadas e sem um nível de sofisticação necessário e característico de uma estratégia ambiental, sendo que as práticas adotadas pelas empresas reduziram o impacto ambiental, porém, não foram direcionadas conscientemente por razões ambientais.

Já o estudo de Burke e Gaughran (2006), em pesquisa desenvolvida na Irlanda, menciona que as pequenas e médias empresas pesquisadas adotaram estratégias ambientais fragmentadas e concentraram suas práticas na diminuição do desperdício, na reciclagem e no reuso. As práticas menos adotadas foram os sistemas ambientais certificáveis e as denominadas tecnologias preventivas.

Gadonne, Mckeiver e Kennedy (2009) em estudo realizado na Austrália, envolvendo 166 pequenas empresas, demonstraram que os potenciais grupos de interesse, instituições parceiras e sensibilização dos proprietários influenciam nas questões ambientais.

O estudo identificou três fatores que influenciam nos resultados ambientais em pequenas empresas:

- A legislação, ou seja, a pressão governamental, descrita como o primeiro fator responsável pela motivação dos proprietários para as práticas ambientais;
- Os fornecedores, clientes e a redução dos custos são descritos como o segundo fator;
- O apoio de organizações ambientais é descrito como o terceiro fator, influenciando nos resultados ambientais nas pequenas empresas.

Aragon, Hurtado, Sharma e Garcia (2008) também mencionam a influência das organizações parceiras, como o governo e instituições de apoio, nos resultados ambientais das MPEs, em estudo desenvolvido no sul da Espanha com 108 pequenas empresas do setor automotivo.

Os fatores que influenciam o comportamento ambiental das pequenas empresas também são discutidos por Mir e Feitelson (2007), cujo estudo envolveu 107 empresas com configuração familiar dos setores de lavanderia e automecânicas de Jerusalém. Uma constatação do estudo foi a falta de correlação entre a consciência ambiental e a ação ambiental. Segundo Mir e Feitelson (2007), as MPEs que estavam empreendendo ações ambientais voltaram às práticas ilegais quando as agências ambientais e o governo retiraram os subsídios de apoio. As lavanderias e automecânicas, embora pertencendo a setores diferentes, apresentaram problemas similares, como a deficiência na gestão de resíduos perigosos, a liberação de emissões aéreas, solventes e sprays e a liberação de resíduos em córregos.

Em estudo com 154 pequenas empresas do setor farmacêutico da Austrália, Schaper (2002) concluiu que variáveis internas da empresa (tempo disponível e nível de informação ambiental do proprietário) e variáveis externas (demanda do consumidor, disponibilidade de capital e dimensão da empresa) motivam e influenciam positivamente no empreendimento das práticas ambientais e na responsabilidade ambiental da empresa.

No Brasil, as pesquisas e registros de dados sobre MPEs com relação às práticas ambientais ainda são incipientes. A pesquisa “Sondagem Especial sobre Meio Ambiente”, publicada pela Confederação Nacional da Indústria [CNI] em 2004, envolvendo 1.218 empresas de diversos portes, menciona as principais razões para a adoção de práticas ambientais. Segundo esse estudo, 45,2% dos entrevistados estão com foco no cumprimento da legislação ambiental, 40,8% na política social estabelecida pela empresa e 37,8% para a obtenção de licenciamento ambiental.

Já no Relatório da Competitividade da Indústria Brasileira, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], CNI e SEBRAE (2001), 57,5% das micro e pequenas empresas não haviam adotado nenhuma prática de gestão ambiental, em comparação com 5% das grandes empresas com a mesma situação.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2008) envolvendo 385 MPEs do Estado de São Paulo, revela que apenas 31% das empresas declararam conhecer os impactos que seus produtos, serviços, processos de trabalho ou instalações podem causar ao meio ambiente e que já realizaram alguma ação para minimizar esse impacto. A mesma pesquisa revela ainda que 21% das empresas pesquisadas declararam conhecer o impacto que provocam no meio ambiente, porém, nada realizam para minimizá-lo e 48% não conhecem o impacto ambiental que geram. A pesquisa revelou também que a redução no consumo de energia elétrica e água foram as principais práticas ambientais adotadas, com 61% das empresas pesquisadas, sendo que 39% não adotaram nenhuma medida para a contenção do consumo.

Nesse sentido, os resultados do SEBRAE (2008) reforçam as conclusões de Floriano e Corrêa (2007) em uma pesquisa com 90 pequenas e médias empresas industriais do setor calçadista do Estado de Santa Catarina, em que demonstrou que a maioria dos gestores, quando se fala em meio ambiente, pensa em custos adicionais, passando despercebidos os benefícios das práticas ambientais e as oportunidades de investimento. Segundo Ahorn (2006) os investimentos socioambientais espontâneos nas MPEs são motivados por critérios e possibilidades de ganhos de eficiência no processo produtivo.

Além das práticas identificadas, a revisão da literatura aponta também para alguns dos principais desafios enfrentados pelas pequenas empresas para adoção de práticas socioambientais. Para a European Environmental Agency (EUROPEAN, 1997) os desafios associados à melhoria do desempenho ambiental nas pequenas empresas são determinados por alguns fatores-chave. A maioria destas empresas é pressionada por considerações associadas a tempo e dinheiro, o que as desencoraja a realizar investimentos economicamente benéficos na melhoria de seu desempenho ambiental.

Desafios relacionados à questão ambiental foram também identificados por pesquisa realizada pela ENRS (2002) a respeito das MPEs europeias, apontando a falta de consciência

quanto aos impactos ambientais; a suposição de que as suas atividades empresariais exercem efeitos desprezíveis sobre o meio ambiente; o conhecimento insuficiente e parcial sobre as regulamentações e programas de fomento; o comportamento dirigido por pressões públicas, e menos por uma ética ambiental; uma integração deficiente das atividades relacionadas ao meio ambiente nas atividades centrais da empresa e uma elevada vulnerabilidade dos riscos globais, em decorrência da reduzida diversificação e limitada capacidade de gestão voltada à prevenção (ENRS, 2002).

Nas práticas socioambientais são também considerados os aspectos relacionados à saúde e segurança no trabalho (SST), um desafio para as MPEs às vezes entendido como custo pelos proprietários, mas que, ao final, apresenta-se como um passivo para a empresa, gerando riscos desnecessários e impactos à saúde do trabalhador. Neste sentido, a Health and Safety Executive do Reino Unido [HSE UK] (2004 como citado em Andrade, 2008, p. 159) organizou um estudo que aponta os principais fatores que impedem a promoção de práticas de SST nas MPEs. Entre os fatores estão o custo das práticas, a falta de tempo e recursos, a complexidade das normas, a falta de conhecimento, a apatia e outros. Com relação aos custos, segundo a ENRS (2002) as razões pelas quais as MPEs não assumem estes desafios são reforçadas pela orientação econômica de curto prazo adotada pela maioria das pequenas empresas, em que as vantagens de adotar uma postura mais proativa nas questões de saúde e segurança demoram a se manifestar, enquanto os custos aparecem rápido.

Fernandes (2005) em estudo de caso sobre uma pequena empresa do setor de automação, concluiu que o ceticismo dos próprios colaboradores a respeito da efetiva aplicabilidade e resultado das ações de saúde e segurança no trabalho pode ser considerado um desafio interno nas MPEs. O baixo conhecimento técnico específico do funcionário encarregado pela área de SST e a rotatividade das funções dos funcionários são também desafios apontados por Fernandes.

Já Ahorn (2006) aponta a desregulamentação, os baixos níveis de fiscalização e a aplicação de normas correspondentes, o desconhecimento sobre a legislação de SST, pouca ou nenhuma assessoria no tema, trabalhadores pouco capacitados, precariedade de infraestrutura física e de pessoal e a falta de registros como principais desafios para a SST nas pequenas empresas.

Este quadro contribui para uma situação de vulnerabilidade do trabalhador nas pequenas empresas em relação saúde e segurança do trabalho. No Brasil a dificuldade para se obter dados conclusivos sobre SST é citada por Miranda (2005 apud AHORN, 2006, p. 64), quando menciona que a comunicação da ocorrência de acidente de trabalho ou doença profissional à Previdência Social depende apenas da empresa, por meio do preenchimento da CAT, Comunicação de Acidente de Trabalho. Entretanto, segundo Ahorn (2006) as empresas resistem em emitir a comunicação, só efetivando a notificação quando ocorrem agravos irreparáveis.

O cenário apresentado indica que as práticas socioambientais não estão disseminadas pelas organizações de pequeno porte. Quando ocorrem, são estimuladas pela legislação ou se restringem a ações potenciais que possibilitem, sem grande investimento, alguma redução de custo. Destacam-se como desafios para a não adoção de práticas socioambientais pelas MPes a falta de conhecimento da temática, a preocupação com os custos envolvidos, assim como a gestão precária.

Para contribuir nesta discussão no Brasil, realizou-se uma pesquisa documental e de campo de forma a observar motivações e desafios para a adoção de práticas socioambientais em empresas de pequeno porte, bem como analisar as principais práticas adotadas.

3 METODOLOGIA

As empresas escolhidas para participar desta pesquisa foram 101 empresas integrantes do Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental nos anos 2007 e 2008. Estas empresas foram

GESTÃO.Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – n. 9. v. 2, p. 254 - 281 , maio/ago. 2011

priorizadas pela qualidade e diversidade dos dados disponibilizados pelo SEBRAE-SP. O Programa de Gestão Ambiental é um dos benefícios do SEBRAE-SP às MPEs e foi lançado no ano de 2007. O Programa envolve visitas técnicas de consultores especialistas às MPEs que aderiram, gerando um relatório técnico com as principais conformidades e inconformidades da empresa nos aspectos de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Ao final, é gerada uma proposta com ações de melhorias à empresa participante. Uma das Etapas do Programa e fonte da pesquisa documental do presente estudo é o Relatório Técnico confeccionado em 2007 e 2008, que compreende questões como consumo de água, energia elétrica e matéria-prima; condições de emissão de efluentes sólidos, líquidos e gasosos; potencial de envolvimento dos funcionários, fornecedores, clientes e comunidade nas questões socioambientais vinculadas à empresa; soluções para minimizar desperdícios, diminuir custos de produção, aumentar a produtividade, reduzir, eliminar ou mitigar impactos ambientais negativos e envolver os diversos atores no processo de melhorias almejadas (SEBRAE-SP, 2007).

Das 101 MPEs integrantes do Programa do SEBRAE-SP, 31 foram desconsideradas neste estudo de acordo com os critérios: empresas de médio porte, ou seja, as indústrias que possuem entre 100 a 49 empregados e o comércio e serviços entre 50 a 99 empregados (SEBRAE, 2006); as empresas do setor de comércio que apresentam baixo impacto ambiental e as empresas dos setores produtivos menos representativos no Programa, ou seja, com menor quantidade de empresas participantes. Assim, foram pesquisadas 70 MPEs por meio da sistematização e análise dos dados constantes nos Relatórios Técnicos do Programa do SEBRAE-SP, sendo as empresas pertencentes aos seguintes setores produtivos: 12 indústrias de plástico, 11 lavanderias, 20 indústrias cerâmicas, 17 oficinas de funilaria e mecânica, 10 indústrias de calçados e artefatos de couro. O perfil mais detalhado das MPEs integrantes deste estudo é apresentado nos resultados.

Em um segundo momento, para o aprofundamento da fase documental, foi realizada uma pesquisa de campo para responder às questões formuladas: o que motivou os proprietários das

MPEs na adoção das práticas socioambientais; quais foram os desafios encontrados e como as práticas implantadas, sob a ótica dos proprietários, auxiliaram a empresa. Para atingir o objetivo, um questionário foi construído e aplicado no início do ano de 2010 com as MPEs participantes do Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental.

O rol das motivações e desafios do questionário aplicado na pesquisa de campo foi desenvolvido a partir da literatura pesquisada.

A forma inicial de abordagem para esta pesquisa de campo foi o envio do questionário por e-mail para as MPEs que integram o Programa do SEBRAE-SP, as quais compõem o universo anteriormente definido na pesquisa documental. Das 70 MPEs integrantes do Programa, em 21 Relatórios Técnicos não constava o e-mail da empresa, ou seja, 30% do universo de pesquisa, sendo que essas empresas foram contatadas posteriormente por ligação telefônica. Em continuidade, após ciência da pesquisa pelos proprietários e assegurado o anonimato da empresa no estudo, realizou-se ligação telefônica para aplicação do questionário por meio de entrevista.

A pesquisa de campo totalizou 42 MPEs respondentes, ou seja, 60% do universo de pesquisa, sendo empresas participantes do Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental em 2007 e 2008. Procurou-se na pesquisa de campo entrevistar no mínimo 50% do total de empresas de cada setor produtivo, proporcionando um equilíbrio nas respostas. Os respondentes foram os proprietários ou gerentes das empresas que acompanharam o Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental. Assim sendo, o questionário identifica as principais práticas realizadas no campo da gestão socioambiental, os fatores motivadores, desafios e benefícios das MPEs pesquisadas com a adoção destas práticas.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste estudo, 56% do universo de pesquisa são pequenas empresas, ou seja, de acordo com o critério de classificação utilizado pelo SEBRAE (2006), possuem entre 20 e 99 empregados no setor industrial e 10 a 49 empregados no setor de comércio, e 44% são microempresas com até 19 empregados para o setor industrial e até 9 para o setor de comércio e serviços. Assim como 90% das empresas pesquisadas são formais, 80% possuem 5 anos de existência ou mais. Na questão sobre escolaridade, 34% dos proprietários possuem o 3º grau completo. Já a respeito da localização e composição, 93% estão na zona urbana e 77% são empresas familiares.

Os resultados da pesquisa documental demonstram que 14% das 70 MPEs envolvidas já foram autuadas por órgãos governamentais em decorrência de irregularidades socioambientais, sendo que, após a autuação, 80% efetivaram as adequações necessárias e 20% estão em processo de adequação. As irregularidades envolviam a extração irregular de argila, a manutenção de depósito de lixo industrial na rua, o ruído excessivo, a extração de lenha nativa, o lançamento irregular de efluentes e as emissões aéreas irregulares.

A prática priorizada pelas MPEs na pesquisa documental foi o controle do consumo de energia elétrica, com 52% das MPEs, enquanto o controle de emissões aéreas é prática menos difundida, sendo realizada por apenas 21% das MPEs. Com relação ao tratamento de efluentes a pesquisa mostra que a maior parte das empresas também não realiza esta atividade se restringindo a 32% organizações estudadas. (Figura 1, em anexo).

Já o resultado a respeito do uso da água na MPE demonstrou que 81% das empresas não estão empreendendo práticas para o controle e redução do uso da água, 12% estão controlando e 4% fazem o controle parcial. A respeito da procedência da água utilizada nas empresas, 21% captam de poços artesianos e águas superficiais como açudes e rios; 27% utilizam as duas opções, captando água para o processo produtivo e utilizando o fornecimento público para abastecer a administração da empresa, enquanto 50% utilizam somente o fornecimento público.

As poucas práticas identificadas foram o reuso da água no processo produtivo e a captação de água da chuva. A respeito do controle de resíduos, os resultados da pesquisa documental demonstram que 8% das MPEs fazem o controle total de resíduos, ou seja, controlam a quantidade e a destinação final, sendo que 38% não controlam, 31% fazem o controle parcial, 4% controlam apenas a quantidade e 17% controlam apenas a destinação final. (Figura 2, em anexo).

Os resultados sobre Saúde e Segurança no Trabalho demonstram que em 48% das MPEs não há uso adequado dos EPIs - equipamentos de proteção individual - no processo produtivo, em 37% o uso ocorre de forma parcial e em 12% o uso é adequado, sendo que 1% não declarou como ocorre o uso. Outro aspecto observado foi a disponibilidade de treinamentos para os funcionários da MPE nos temas meio ambiente, saúde e segurança no trabalho e a respeito da função exercida na empresa. Os resultados demonstraram que em 48% das empresas os funcionários não recebem nenhum treinamento nestes temas, em 25% recebem treinamento parcial e em 25% recebem treinamentos em todos os temas mencionados, sendo que 41% das MPEs pesquisadas não possuíam PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - e 51% não possuíam PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Ainda nos Relatórios Técnicos do SEBRAE-SP, em 75% das empresas foram identificados pontos de perigo para a saúde e segurança do trabalhador, que se referem aos riscos físicos no processo produtivo, como roldanas expostas, locais mal sinalizados, fiações elétricas precárias, entre outros exemplos similares.

Apesar dos resultados obtidos em SST, 58% declararam que não ocorreram acidentes de trabalho na empresa, enquanto 15% afirmaram que ocorreram acidentes, mas não foram devidamente registrados no órgão competente; 24% afirmaram que ocorreram acidentes e foram devidamente registrados no órgão competente e 4% não declararam a informação. O interesse dos proprietários em realizar as adequações socioambientais apontadas no Relatório Técnico do SEBRAE-SP foi identificado na pesquisa documental. Cerca de 70% dos proprietários

demonstraram interesse, 8% não demonstraram e 21% não declararam a informação. Já o interesse em envolver os clientes e fornecedores em um sistema de gestão socioambiental foi mencionado por 45% dos proprietários das MPEs, sendo que 15% não possuem interesse e 38% não declararam a informação. Com relação aos resultados da pesquisa de campo, envolvendo 42 das 70 MPEs pesquisadas na fase documental, identificou-se que 35 empresas ou 83% adotaram no mínimo 1 prática socioambiental sugerida no Relatório Técnico do SEBRAE-SP, e 7 empresas, representando 17%, não adotaram nenhuma prática.

Já a respeito das práticas adotadas, a pesquisa de campo confirmou o maior interesse por implementar práticas voltadas para o controle e redução do consumo de energia elétrica, com 77% das empresas, além do interesse sobre Saúde e Segurança do Trabalho, com 88% das empresas empreendendo práticas neste aspecto. Os resultados da pesquisa de campo são demonstrados na figura 3 (em anexo).

As principais motivações das MPEs para empreender as práticas socioambientais foram o cumprimento da legislação, para evitar litígios e custos, com 94% das MPEs, e o apoio e informações do SEBRAE-SP, com 65%. Nesse aspecto vale a pena ressaltar que essas informações consistiram no Relatório do Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental feito por consultores por meio de uma visita técnica às empresas. Os empresários mencionaram que, por meio do relatório individualizado da empresa, contendo as informações técnicas, tiveram maior clareza para as adequações nas questões de SST e meio ambiente. Os resultados da pesquisa de campo no aspecto motivação das MPEs para as práticas socioambientais são demonstrados na figura 4 (Em anexo).

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que os custos são o principal desafio das MPEs com 71% das empresas; o cliente não valorizar as práticas socioambientais é outro desafio que 48% das empresas citaram; a baixa adesão e entendimento dos funcionários para a implantação das práticas socioambientais foi citada por 34% das empresas; o despreparo para

tratar o tema socioambiental, pouca experiência e falta de acesso à informação, por 20% das empresas; a burocracia nos órgãos governamentais é citada por 14% das empresas; a complexidade das adequações socioambientais, citada por 5% das empresas; a precariedade da infraestrutura, citada por 2%; a informalidade da empresa não foi citada por nenhuma das empresas pesquisadas.

A pesquisa buscou também identificar como as práticas socioambientais, sob a ótica dos proprietários, auxiliaram a MPE, sendo que 94% dos proprietários indicaram que as práticas protegeram a empresa de multas, ocasionando um menor risco de sanções do Poder Público; 28% perceberam uma melhora na imagem da empresa junto à sociedade; 25% perceberam economia de material, com melhor aproveitamento da matéria-prima e utilização dos subprodutos, sendo que para 11% dos proprietários as práticas socioambientais ajudaram a aumentar a produtividade, para 8% auxiliaram nas vendas e para 5% as práticas tornaram o ambiente de trabalho mais seguro.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa documental envolvendo 70 MPEs demonstram que as empresas adotaram práticas socioambientais pontuais, fragmentadas e de menor complexidade, sendo que não foram observados sistemas de gestão integrados ou sistemas formais de certificação socioambiental implantados. Foram priorizadas práticas que não exigem grandes investimentos e estão diretamente ligadas ao custo de produção da empresa.

A priorização do controle do consumo de energia elétrica (52%) frente ao controle de emissões aéreas (21%) e ao tratamento de efluentes (32%) demonstrou a atenção das empresas para uma prática diretamente ligada ao custo de produção, além de ser uma prática de menor complexidade e que demanda um menor investimento. Importante salientar que foram

consideradas emissões aéreas as fumaças dos fornos nas indústrias cerâmicas, os vapores diversos e particulados nas lavanderias, os *sprays* e solventes nas indústrias de calçados, de plástico, funilarias e oficinas mecânicas.

A pesquisa de campo aplicada com as mesmas empresas participantes do Programa do SEBRAE-SP, envolvendo 42 MPEs, das quais 35 implantaram práticas socioambientais, confirma a pesquisa documental. O controle da energia elétrica foi novamente priorizado pelas empresas (77%) frente ao controle de emissões aéreas (11%) e o tratamento de efluentes (31%).

A opção das MPEs por práticas pontuais e fragmentadas foi acentuada na questão dos resíduos na pesquisa documental, sendo que apenas 31% das empresas priorizaram o controle tanto da quantidade quanto da destinação final dos resíduos, sendo que grande parte das empresas optou apenas por uma das práticas e outras por nenhuma.

Os resultados da pesquisa documental e de campo corroboram os estudos de Tilley (1999b) e Burke e Gaughran (2006) a respeito da opção das MPEs pela realização de práticas ambientais pontuais, fragmentadas e sem um nível de sofisticação necessário e característico de uma estratégia ambiental.

Já a baixa atenção das MPES para o controle do uso da água, possivelmente, seja resultado do alto índice de captação de água de poços artesianos e águas superficiais para o processo produtivo, tendo em vista que 21% captam somente de poços artesianos e águas superficiais, enquanto 27% utilizam duas opções, de poço artesiano e superficiais para uso no processo produtivo e água de fornecimento público para uso na administração da empresa. Por outro lado, o resultado sobre o uso e a procedência da água nas MPEs não pode ser considerado conclusivo para os custos de produção das MPEs pesquisadas, uma vez que as pesquisas deste estudo não identificaram o grau de influência do uso da água nestes custos.

Na pesquisa documental em Saúde e Segurança no Trabalho (SST) encontrou-se um quadro precário. Em 48% das empresas os funcionários não usavam adequadamente

equipamentos de proteção individual - EPIs; 41% delas não possuíam PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - e 51% não possuíam PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Em 75% das empresas foram identificados pontos de perigo para a SST: 58% declararam que não ocorreram acidentes de trabalho na empresa, e 15% não registraram acidentes devidamente no órgão competente quando estes ocorreram. Confirma-se aqui o cenário de desafios das pequenas empresas em SST traçado por Ahorn (2006) em que se destacam o desconhecimento sobre a legislação de SST, trabalhadores pouco capacitados, precariedade de infraestrutura física e principalmente a falta de registros, além da resistência em emitir a comunicação dos acidentes, também citada por Ahorn (2006) e identificada em 15% da MPEs pesquisadas.

Por outro lado na pesquisa de campo, após transcorrerem em média dois anos da confecção dos Relatórios Técnicos do SEBRAE-SP, foi identificado o aumento da atenção das MPEs para as questões de SST, sendo que 88% das 35 MPEs que implantaram práticas socioambientais priorizaram as questões de Saúde e Segurança no Trabalho.

Neste sentido, verifica-se a influência fundamental da capacitação e do envolvimento de instituições de apoio para superar parte dos desafios socioambientais das MPEs, sendo que, na pesquisa de campo, 65% das MPEs apontaram as informações do SEBRAE-SP como um fator motivador para a adoção das práticas socioambientais e 83% adotaram no mínimo 1 prática socioambiental sugerida no Relatório Técnico do SEBRAE-SP.

Estudos de Aragon et al. (2008) na Espanha com 108 MPEs e Gadenne *et al.* (2009) na Austrália com 166 MPEs confirmam a influência das organizações parceiras, como o governo e instituições de apoio, nos resultados socioambientais destas empresas.

A baixa adesão aos sistemas formais de certificação pelas MPEs foi outro aspecto identificado neste estudo. Apenas 5% das 35 empresas integrantes da pesquisa de campo apresentaram adesão a sistemas de certificação socioambientais ou de qualidade do produto. Este

resultado demonstra a necessidade e a importância de programas e certificações mais adequadas à realidade das MPEs. Neste sentido, Burke e Gaughran (2006), em pesquisa com MPEs da Irlanda, menciona que a prática menos adotada pelas pequenas empresas são os sistemas ambientais certificáveis, assim como para Hillary (2000) as pequenas empresas possuem baixa confiança nas ferramentas de gestão.

O cumprimento da legislação e a influência exercida pela fiscalização governamental foram fundamentais para a adoção das práticas socioambientais pelas MPEs. Os resultados da pesquisa documental demonstram que 14% das 70 MPEs envolvidas já foram autuadas por órgãos governamentais devido a irregularidades socioambientais, sendo que, após a autuação, 80% efetivaram as adequações necessárias e 20% estão em processo de adequação. Estes resultados foram confirmados na pesquisa de campo envolvendo 35 empresas, pois 94% das MPEs apontaram o cumprimento da legislação para evitar multas e litígios como principal motivação para a adoção das práticas socioambientais. Na literatura pesquisada, Mir and Feitelson (2007), Gadenne et al. (2009) e a pesquisa do CNI (2004) corroboram estes resultados.

Assim como nos estudos desenvolvidos por Mir e Feitelson (2007), também foi identificada na pesquisa documental a baixa correlação entre a conscientização e as práticas ambientais, apesar das pressões governamentais e dos serviços de apoio. Na pesquisa documental, 45% dos proprietários das MPEs demonstram interesse em envolver seus clientes e fornecedores em um sistema de gestão socioambiental, porém, na pesquisa de campo, que demonstrou quais foram as práticas adotadas após a participação no Programa do SEBRAE-SP, apenas 5% das empresas envolveram seus clientes e fornecedores.

Finalmente, quanto aos desafios para a adoção de práticas socioambientais, a questão de custos aparece como principal para 71% dos entrevistados. Isto confirma resultados de diversas pesquisas apontadas neste trabalho, como ENRS (2002), Ahorn (2006) e Gadenne et al. (2009). Provavelmente este resultado também confirme um ponto levantado por Floriano e Corrêa (2007)

de que os benefícios econômicos para o negócio da adoção de práticas ambientais passem despercebidos para os proprietários das MPEs. Isto também ajuda a explicar a visão de que a adoção de práticas socioambientais traz como principal benefício evitar multas, já que isto foi apontado por 94% dos entrevistados.

Um dado importante da pesquisa é a baixa pressão exercida pelos consumidores para a adoção de práticas socioambientais nas pequenas empresas. Apenas 22% das MPEs integrantes da pesquisa de campo indicaram esta variável como um fator motivador relevante. Por outro lado, 48% das empresas na mesma pesquisa indicaram que seus clientes não valorizam a adoção das práticas socioambientais, transformando assim a motivação em um desafio a ser vencido.

Por fim, um dado que chama a atenção se refere aos desafios em relação ao conhecimento dos entrevistados para implementar práticas socioambientais. Apenas 20% citam o despreparo para tratar o tema, a pouca experiência e falta de acesso à informação como barreira. Além disso, somente 5% identificam a complexidade que envolve as adequações socioambientais como desafios para a adoção das práticas socioambientais. O trabalho de Schaper (2002) indicou o nível de informação do proprietário como influência positiva no empreendimento das práticas socioambientais. Nesse sentido, o reconhecimento por parte dos entrevistados quanto ao apoio dado pelo Programa do SEBRAE-SP no campo socioambiental aponta na direção da importância da informação como um elemento fundamental para a superação das dificuldades da pequena empresa em promover práticas socioambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de produção flexível tem aberto uma série de oportunidades para o crescimento de organizações de pequeno porte na medida em que as empresas de grande porte vêm transferindo muitos dos seus processos produtivos para este segmento. No entanto, este processo

também transfere uma série de novos riscos. No campo socioambiental, por exemplo, muitas das atividades terceirizadas apresentam grande potencial de gerar impactos socioambientais. Assim, as organizações de pequeno porte assumem também novas responsabilidades, incluindo a necessidade de implementar uma adequada gestão socioambiental, destacando-se o tratamento adequado de efluentes, a destinação segura de resíduos sólidos, a racionalização do consumo de água e a melhoria de suas práticas de saúde e segurança no trabalho.

O trabalho apresentado mostra que as pequenas empresas encontram grandes dificuldades para concretizar estas ações, tais como recursos escassos, tanto do ponto vista econômico como cognitivo; falta de acesso às informações sobre o tema; sistemas de gestão mais adequados à realidade das grandes empresas; baixa qualificação dos recursos humanos; entre outros. Além disso, a revisão da literatura revelou também que um dos primeiros desafios está no desenvolvimento de uma visão estratégica por parte dos representantes das pequenas empresas em relação à temática socioambiental. Conforme discutido, predomina nas pequenas empresas a adoção de práticas simples e pontuais no campo socioambiental, na maior parte das vezes motivada por fatores externos, tais como a pressão da fiscalização ou ainda algumas ações em que a redução de custos operacionais seja muito evidente, como no caso das práticas de racionalização do consumo energético, e que não representam grandes investimentos.

Nesse quadro, sem desconsiderar a importância da legislação, o trabalho de apoio e difusão de conhecimento socioambiental pelo desenvolvimento de tecnologias e sistemas de gestão adaptados à realidade das pequenas empresas assume um papel fundamental para a incorporação das estratégias socioambientais nestas organizações.

A pesquisa documental e de campo realizadas no âmbito deste trabalho corroboram várias das ponderações aqui apresentadas. Reforçam o papel do poder público como grande fator de indução das práticas socioambientais. Para 94% das empresas, esta foi a principal razão para adotar práticas de forma a evitar multas e litígios. Também indicam que a maior parte das

práticas implementadas privilegia ações pontuais e fragmentadas, muitas vezes associadas ao custo direto da operação. A priorização de investimentos para diminuição do consumo de energia elétrica em relação ao controle das emissões aéreas e tratamento de efluentes demonstrou a ênfase das empresas em optar por práticas menos complexas e que exijam menor investimento.

Por fim, este trabalho reforça a importância do apoio de organizações profissionais que atuem no sentido de difundir o conhecimento socioambiental e dessa forma melhorar o desempenho nas micro e pequenas empresas. A iniciativa do SEBRAE-SP, segundo 65% das empresas pesquisadas, foi o segundo fator mais importante para a adoção das práticas socioambientais. Destaca-se o fato de os empresários mencionarem que o relatório individualizado da empresa, contendo as informações técnicas, possibilitou um melhor entendimento das possibilidades de ações na área socioambiental. Um dado importante também é que, das 70 empresas pesquisadas, 70% demonstraram interesse em adotar práticas socioambientais. Outro dado relevante é que das 42 empresas participantes da pesquisa de campo, 35 empresas - ou seja, 83% - adotaram no mínimo uma prática socioambiental sugerida no Relatório Técnico do SEBRAE-SP.

Dessa forma, esta pesquisa corrobora os estudos que apontam que a superação dos desafios socioambientais das pequenas empresas depende de um esforço coordenado de diversos atores sociais. Se o desenvolvimento da legislação e a atividade de fiscalização continuam a ser elementos fundamentais para influenciar o comportamento das pequenas empresas no campo socioambiental, eles não são suficientes para garantir o desenvolvimento de uma visão estratégica em relação à temática por parte dos empresários. Nesse quadro, há um espaço bastante grande a ser ocupado por outras organizações profissionais, que apoiem com informações e capacitação, tal como a iniciativa pesquisada neste trabalho, de forma a motivar os proprietários em relação às práticas socioambientais. Isto poderá contribuir para que a visão reativa, ainda predominante nas

pequenas empresas, torne-se mais estratégica e proativa, contribuindo para a melhoria do desempenho socioambiental destas organizações.

REFERÊNCIAS

AHORN, Marcos Roberto. **A Dimensão Socioambiental das Pequenas Empresas no Contexto da Terceirização: Fragilidades e Alternativas**. 2006. 189 pp. Dissertação Mestrado Gestão Integrada Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador. Centro Universitário Santo Amaro SENAC. São Paulo. Brasil.

ANDRADE, L. R. Balbão Estratégias para Desenvolvimento de Ações de Saúde e Segurança no Trabalho em Micro e Pequenas Empresas. In: ITANI, A., REI, F., TOMELIN, N. (Coord). **Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente: Cadernos de Saúde e Meio Ambiente**. São Paulo: Olho D'Água, 2008.

ARAGON, Correa J. Alberto, HURTADO, Torres Nuria, SHARMA, Sanjay, & GARCIA, Morales Victor J. (2008) Environmental Strategy and performance in small firms: A resource-based perspective. University of Granada, Spain; Rotterdam Erasmus University; Wilfrid Laurier University, Canada. **Journal of Environmental Management**, n.86, p.88-103. Disponível em www.elsevier.com/locate/jenvman. Acesso em dezembro de 2009

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (2001). **Relatório da Competitividade da Indústria Brasileira**. Brasília, Brasil.

BURKE, Stephen; GAUGHRAN, W.F. Intelligent Environmental Management for SMEs in Manufacturing. University of Limerick, Ireland. **Robotic and Computer-Integrated Manufacturing**, n.22, p.566-575. 2006. Disponível www.elsevier.com/locate/rcim. Acesso em dez. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem Especial sobre Meio Ambiente**. Brasília. Brasil. 2004

EUROPEAN, Environmental Agency. **Should a Small and medium-sized enterprises produce company environmental reports.** London, p. 28, 1997.

EUROPEAN NETWORK FOR SME RESEARCH. **Beobachtungsnetz der europäischen KMU.** Europäischen KMU und soziale und umweltspezifische Verantwortung. Bélgica: Comissão Europeia. 2002.

FERNANDES, José Marcos. **Fatores Críticos de Sucesso para o Planejamento da Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional.** Estudo de Caso em Pequena Empresa de Serviços. 2005. 105 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador). Centro Universitário Santo Amaro SENAC. São Paulo. Brasil.

FLORIANO, Fernanda, SOUZA, Antonia E., CORRÊA, Hamilton L. Impacto Ambiental: Estudo no Arranjo Produtivo Local de Calçados de São João Batista, Santa Catarina. **Anais do Encontro ANPAD,** Rio de Janeiro, RJ, 31. 2007.

GADENNE, David, MCKEIVER, Catherine; KENNEDY, Jessica. An Empirical Study of Environmental Awareness and Practices in SMEs. University of Sunshine Coast, Australia. **Journal Business Ethics.** N.84, p.45-63, 2009.

HEALTH AND SAFETY EXECUTIVE. **Stating your business: guidance on preparing a healthy & safety policy document for small firms.** 2004. Disponível em [Http://www.hse.gov.uk](http://www.hse.gov.uk) Acesso em julho de 2009.

HILLARY, Ruth. **Environmental management systems and the smaller enterprise.** Sheffield: Greenleaf Publishing. UK. 2000.

KOSAN, Kamil, OKSOY, Dolun, and OZSOY, Onur. Growth Plans of Small Businesses in Turkey: Individual and Environmental Influences. **Journal of Small Business Management** , n.1, v.44 p. 114-129, 2006.

MIR, F. Debby; FEITELSON, Eran. Factor Affecting Environmental Behaviour in Micro-enterprises: Laundry and Motor Vehicle Firms in Jerusalem. **International Small Business Journal.** London, n.4, v. 25, p. 383-415, 2007.

NAFFZIGER, D.W., AHMED, N.U., & MONTAGNO, R. V. Perceptions of environmental consciousness in US small business: An empirical study. **Advanced Management Journal**, v. 68, n.2, p. 23-32. 2003.

SCHAPER, Michael. Small Firms and Environmental Management: Predictors of Green Purchasing in Western Australian Pharmacies. Curtin University of Technology, Australia. **International Small Business Journal**. London, n.3,v. 20, p. 235-251, 2002.

SEIFFERT, Mari Elizabete B. **Modelo de Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001) utilizando-se a abordagem da Engenharia de Sistemas**. 2002. Tese de (Doutorado). Programa de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. SC. Brasil.

SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2006). Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil. 2006. Disponível em http://www.sebraesp.com.br/conhecendo_mpe. Acesso em: jul. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO . **Apostila 1 do Programa SEBRAE-SP de Gestão Ambiental, Sistema de Gestão Ambiental**. Publicação interna da Unidade de Inovação e Acesso a Tecnologia. São Paulo, 2007.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pesquisa Inovação e Competitividade nas MPES Paulistas e Boletim sobre as Micro e Pequenas Empresas São Paulo, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS MPES n. 33. São Paulo, 2008. Disponível www.sebraesp.com.br. Acesso em: out. 2009.

TILLEY, Fiona, The Gap between the environmental attitudes and the environmental behavior of small firms. **Business Strategy and Environment**, USA, v. 8, n. 4, p. 238-248, 1999a.

TILLEY, Fiona. **Small-Firm Environmental Strategy: the uk experience**. Durham University Business School, UK. 1999b. Disponível em <http://www.dur.ac.uk/foresight>. Acesso em dezembro de 2009.

YU, Jieqiong e BELL, J. Nigel B. Building a sustainable business in China's Small and medium-sized Enterprises (SMEs). **Journal of Environmental Assessment and Management**. Vol. 9, N. 1, p. 19-43, 2007

ANEXOS

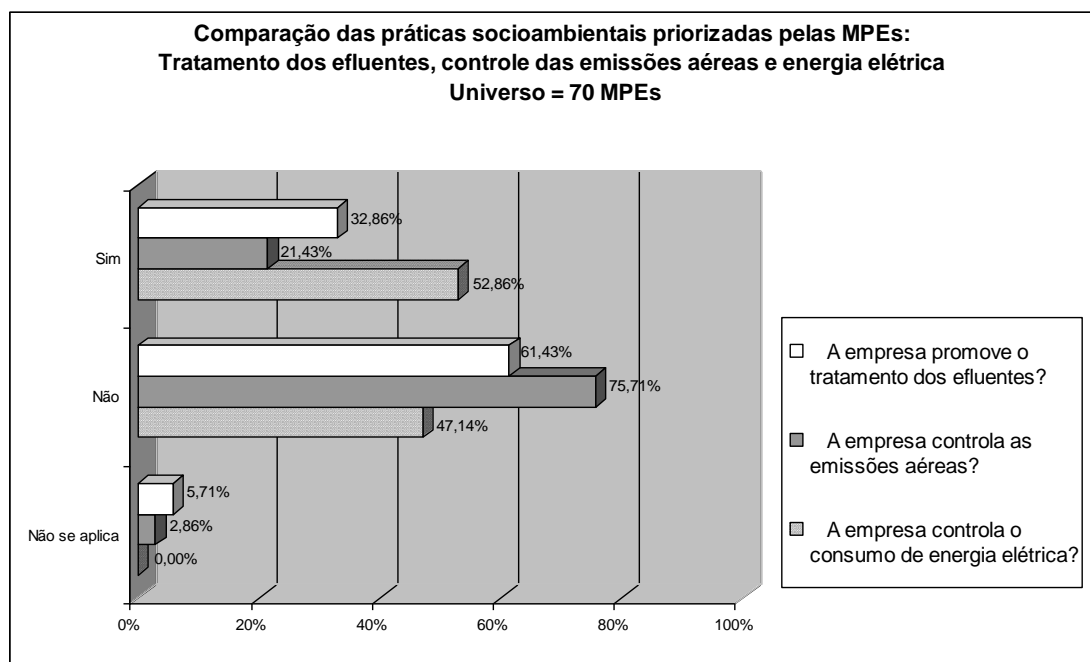


Figura 1: Comparação das práticas socioambientais priorizadas pelas MPEs (%)

Figura 3: Práticas Socioambientais adotadas pelas MPEs: resultado da pesquisa de campo (%)

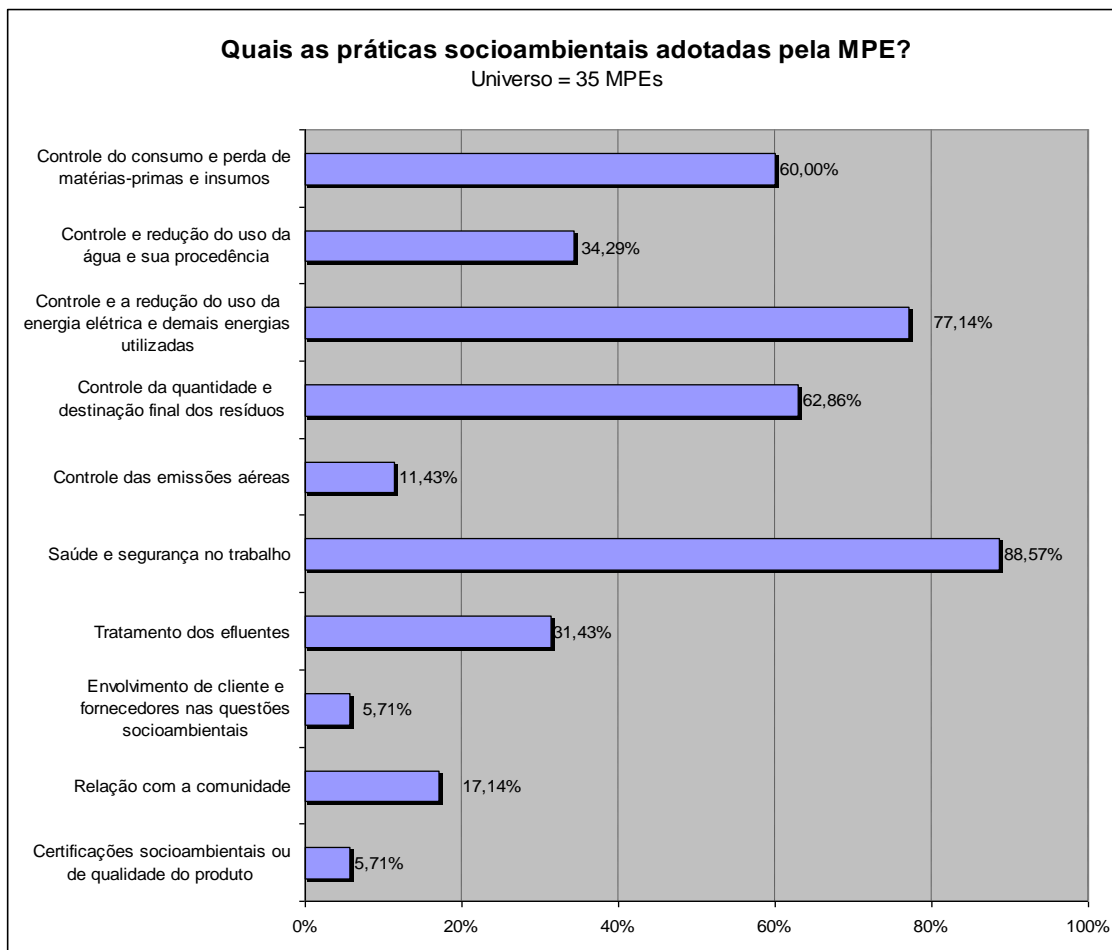


Figura 4: **Motivações das MPEs para adotar práticas socioambientais (%)**

